

PROLEGÔMENOS SOBRE MODALIDADE^{1,2}

Heliana MELLO*
Estefânia MELO**
Janayna CARVALHO***
Priscila CÔRTE****

RESUMO: O presente artigo pretende fazer uma revisão teórica dos principais conceitos relacionados à modalidade, das grandes visões teóricas relacionadas a esse assunto e das principais obras que trataram. Com isso, objetiva-se prover subsídios àqueles que se interessam pela manifestação lingüística da modalidade.

Palavras chaves: modalidade, categorias modais, modalidade epistêmica, modalidade deôntica, modalidade alética e modalidade dinâmica.

ABSTRACT: This article aims to review the major theoretical concepts related to modality, as well as the theoretical views and important books related to this subject. The objective is to provide information to those interested in the linguistic expression of modality.

Keywords: modality, categorization, epistemic modality, deontic modality, alethic modality, dynamic modality.

0. Introdução

O objetivo desta resenha crítica expandida é prover subsídios básicos para aqueles que se interessam pelo estudo da modalidade. Nela foram resenhados quinze trabalhos que discutem esse termo sob variados pontos de vista, desde o olhar funcionalista-cognitivista até o formal-lógico. Foram, também, pesquisados e definidos termos utilizados na vasta bibliografia sobre modalidade, muitas vezes apresentados sem qualquer referência ao seu significado. Assim, na seção 2 abaixo, denominada *Glossário*, são definidos oito tipos de modalidade e quatro termos referentes a categorias lingüísticas a ela associadas. São também apresentadas as visões sobre a modalidade de cinco autores contemporâneos, além das suas três principais abordagens de estudo. As escolhas feitas e aqui apresentadas

¹ Resenha crítica escrita em 2009, como parte integrante do projeto “Modalidade na fala espontânea do português brasileiro: um estudo de corpus”, FAPEMIG/UFMG Processo SHA-PPM 00324-08.

*Doutora em Lingüística pela City University Of New York (C.U.N.Y.). Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**Graduanda em Letras pela UFMG, IC.

***Graduanda em Letras pela UFMG. Bolsista IC do CNPQ.

****Graduanda em Letras pela UFMG. Bolsista IC do Banco Santander.

² Todas as traduções feitas no corpo do texto são de responsabilidade das autoras. Os originais e/ou referências podem ser encontrados nos pés-de-página.

basearam-se no pressuposto de que, de fato, a definição de modalidade deve ser tomada de acordo com o tipo de estudo que se deseja realizar sem que, entretanto, haja desconhecimento sobre a complexidade engendrada pelo termo. Não se pretende aqui, portanto, esgotar-se o assunto, mas problematizá-lo ao mesmo tempo em que instrumentos para o estudo da modalidade são oferecidos.

A motivação para se escrever um pequeno compêndio sobre a modalidade origina-se na grande confusão presente nos estudos lingüísticos sobre este termo. Tal situação manifesta-se em definições em que se menciona, por exemplo, que modalidade relaciona-se à atitude do enunciador de um dado enunciado. Claramente ao tomarmos a noção de atitude, podemos associá-la a diferentes elementos: pode-se pensar na atitude veiculada em relação ao conteúdo proposicional, atitude em relação ao interlocutor, ou até mesmo atitude em relação ao contexto. Há também sobreposição e discordância em relação ao que é *modalidade* e ao que é *modo*, por exemplo. Podem-se observar também grandes discrepâncias na delimitação dessa categoria lingüística, nos domínios cobertos pela sua fenomenologia, mais especificamente, se são esses domínios, sintáticos, morfológicos, semânticos, prosódicos, textuais ou pragmáticos. As visões teóricas sobre o fenômeno também são variadas e estendem-se ao longo de um eixo formalista e de outro pragmático-cognitivo-funcionalista, às vezes apresentando algum nível de sobreposição.

A noção *modalidade*, até onde se sabe, foi mencionada pioneiramente na teoria lógica aristotélica, que apresenta seis valores: verdadeiro, falso, possível, impossível, necessário e contingente. Ao longo de séculos, foi estudada por diferentes filósofos com fins variados, sobressaindo-se sempre a associação da modalidade a valores de verdade. Já nos estudos lingüísticos do século XX, a menção mais freqüente a textos fundadores refere-se a Bally, que não obstante a sua proposição da visão enunciativa da modalidade, discute-a também sob a perspectiva lógico-filosófica.

Nos estudos contemporâneos, estritamente lingüísticos, destacam-se a perspectiva de que modalidade está associada à atitude e opinião do falante e o estudo de como essa dimensão atitudinal é codificada gramaticalmente nas línguas naturais. Muitos autores propõem escalas ou níveis atitudinais, na realidade imensuráveis, para a caracterização da modalidade. Classes para sua taxonomia são apresentadas em números diversos, em função

de visões teóricas ou subjetivas dos estudiosos que se debruçam sobre o estudo da modalidade. Dessa forma, encontramos freqüentemente menção às seguintes classes, dentre outras, a serem explicitadas abaixo: alética, epistêmica e deôntica.

Depreendemos das várias menções bibliográficas abaixo resenhadas, assim como dos conceitos e definições relacionados ao termo modalidade e sua empregabilidade nos estudos lingüísticos a seguir apresentados que, qualquer que seja a visão teórica adotada ao se analisar a modalidade em suas manifestações nos diferentes níveis lingüísticos, estamos tratando de uma categoria conceptual, cujo significado é extensionalmente utilizado, e cuja instanciação lingüística compreende subcategorizações prototipicamente organizadas. Não é possível escalarizar-se a modalidade, uma vez que a mensuração atitudinal é algo intangível. Assim, não há uma definição que possa englobar a complexidade conceptual da modalidade; destarte encontramos na literatura, definições e classificações contraditórias e insuficientemente amplas ou ricas em detalhes. Propomos, portanto, aos leitores deste artigo, que mantenham em mente a natureza multifacetada do conceito modalidade, para que possam contemplar a sua fluidez categorial.

1. Obras de referência para o estudo da modalidade

1.1) BYBEE et al. *The evolution of grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994. 389p.

No presente livro, Bybee et al. dedicam-se a um estudo diacrônico de morfemas gramaticais (denominados “grams” por Pagliuca) envolvidos na expressão de tempo, aspecto e modalidade. O objetivo dos autores é demonstrar o desenvolvimento da expressão de algumas noções nas línguas, isto é, o modo como as formas atingiram o seu estágio atual. Os autores baseiam-se na tradição de estudo estabelecida por Greenberg (1963, 1966 etc), que enfoca a substância semântica das categorias gramaticais e a substância fonológica da sua expressão, além de assumirem uma perspectiva diacrônica e translingüística. Os autores optaram pelo estudo das partículas que têm posição fixa com relação a verbos – verbos auxiliares, construções do inglês como “going to”, afixos etc. O método de trabalho é descrito detalhadamente no início do livro e consiste, resumidamente, no uso de “grams”

de setenta e seis línguas do mundo inteiro para verificação das hipóteses apresentadas pelos autores. O livro divide-se em oito capítulos, que tratam das fontes lexicais e da gramaticalização de aspecto (cap. 3), de gramaticalização (cap. 4), de tempo (progressivo, imperfeito e presente – cap.5), de modo e modalidade (cap. 6), de futuro (cap. 7) e de mecanismos da mudança semântica (cap. 8), e conta também com três apêndices: dois são relativos à organização dos dados e o outro é um glossário que contém explicações sobre itens recorrentes no trabalho. O tratamento dado à modalidade merece destaque, uma vez que os autores adotam um ponto de vista bastante diferente do tradicional, propondo categorias que podem conter, cada uma, mais de um critério, uma vez que a distinção entre elas baseia-se nas formas de expressão da modalidade, não em uma noção específica que nortearia toda a categoria.

**1.2) GIVON, T. *Syntax: An Introduction*. John Benjamins Publishing Company, 2001
Volume 1: xvi+500p.**

Na nova edição de *Syntax: a typological-functional introduction*, Givón dedica uma parte considerável de dois capítulos do livro para a modalidade. Interessado, primeiramente, em traços tipológicos das línguas, faz considerações sobre o comportamento de modais em geral, destacando as relações entre modalidade e “realis”, “irrealis”, tempo, aspecto, modo, tipo de oração e construções sintáticas específicas. É importante ressaltar que o autor critica a forma como algumas dessas noções são estabelecidas na literatura. Para ele, por exemplo, “realis” e “irrealis” não estão relacionadas com mundos possíveis, mas com verbos que se referem a uma situação concebida como presente (por exemplo, “ter que”, “saber”) e os que se referem a situações possíveis (por exemplo, “querer”, “sonhar”, “acreditar”), em uma clara acepção funcionalista.

Apesar de suscitar uma série de relações específicas entre modalidade e os sistemas acima referidos, fica claro que o autor busca a sistematicidade da categoria aqui discutida, especialmente por generalizar os traços possíveis que podem figurar em verbos e em outras classes modais. Também é dada muita atenção para construções sintáticas que podem ser interpretadas como modais – construções adverbiais e condicionais, por exemplo - além da

modalidade epistêmica e da evidencialidade, uma vez que o escopo das mesmas é sobre toda a proposição, possibilitando um estudo sintático mais apurado, em conformidade com os objetivos maiores do livro.

1.3) GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

Tese que versa sobre a gramaticalização do verbo “parecer” e sua relação com modalidade e evidencialidade em uma abordagem funcionalista. Para o autor, o verbo em questão tem deixado de ser empregado como referencial para remeter a atitudes subjetivas do falante. Com isso, duas características semântico-pragmáticas emergem: a modalidade epistêmica e a evidencialidade. Nos cinco usos atestados pelo autor, os quais se expressam em um “continuum” partindo do uso referencial (por exemplo, “ele parece ser estrangeiro”) até um satélite que modaliza a proposição que encabeça (como em “parece-me que choverá hoje”), são atestados padrões sintáticos emergentes para esse verbo e um status de comportamento oscilante entre verbo e advérbio.

A gramaticalização de modais é um tema extremamente explorado tanto no PB quanto em outras línguas. O diferencial do estudo em tela é a discussão da expressão da evidencialidade (indireta) no PB. Segundo Gonçalves, há indícios de que o verbo “parecer” possa, em um futuro, deixar de veicular modalidade epistêmica e comporte-se como um evidencial.

1.4) HERSLUND, M. *Subjective and objective modality*. In: KLINGE, Alex; MULLER, Henrik H. *Modality: Studies in form and function*. Oakville: Equinox Publishing Limited, 2005. p. 39-48.

Este é mais um dos vários artigos que se propõem a estudar a pertinência das categorias modalidade objetiva e modalidade subjetiva. Para o autor, essas duas categorias são uma distinção geral que perpassa todas as categorias modais, dividindo as sentenças declarativas, sejam deônticas, sejam epistêmicas, nesses dois grupos.

Para defender sua tese, o autor lança mão de traços formais como o uso de passivas, uso de artigo indefinido e do verbo “will” em inglês a fim de mostrar que esses traços e vários outros nos ajudam a fazer uma leitura genérica de uma sentença e, portanto, objetiva, ou uma leitura particularizada, a qual corresponderia à modalidade subjetiva. As sentenças “um músico entrou na sala” e “um músico sempre acorda tarde” teriam leituras diferentes do sintagma nominal – embora formalmente ele seja o mesmo – em virtude da diferença de leituras e, portanto, de modalidades.

É um texto interessante para se entender, por meio de uma análise, um pouco da discussão que Lyons faz em seu livro, além de ser um exemplo do que é muito recorrente na literatura: a nomenclatura vasta que é dada para as instâncias da modalidade.

1.5) HOYE, L. F. “You may think that; I couldn’t possibly comment!” *Modality studies: Contemporary research and future directions. Part I. Journal of Pragmatics, Hong Kong, v. 37, p.1295-1321, 2005. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/pragma> Acesso em: 20 mar. 2009.*

Leo Francis Hoye divide seu artigo sobre modalidade em duas partes. Nesta primeira parte, ele apresenta, sob uma visão crítica, trabalhos importantes sobre modalidade - orientados por perspectivas discursivas e pragmático-cognitivistas - que buscam evidências não só no inglês como em várias outras línguas, a exemplo da pesquisa de Brandt (1990), ancorada no dinamarquês. Como explicação para a sua escolha, o autor argumenta que já há muitas pesquisas acerca do assunto baseadas na expressão da modalidade no inglês. Os trabalhos abordados nesta parte do artigo representam, cada um, uma teoria: o primeiro (sobre a modalidade e os verbos modais), de Barbiers et al. (2002), é gerativista, o segundo (sobre a modalidade epistêmica no alemão e no holandês), de Nuyts (2001), cognitivo-pragmático, e o terceiro (sobre modo e modalidade), de Palmer (2001), tipológico. Hoye discorre sobre as perspectivas dos futuros estudos sobre modalidade, os quais devem mudar de direção em virtude da incorporação, que se tem mostrado notável, de índices modais diferentes de verbos ao inglês falado.

1.6) HOYE, L. F. “You may think that; I couldn’t possibly comment!” *Modality studies: Contemporary research and future directions. Part II. Journal of Pragmatics, Hong Kong, v. 37, p.1481-1506, 2005. Disponível em:*www.elsevier.com/locate/pragma**> Acesso em: 20 mar. 2009.**

Na segunda parte de seu artigo, Hoye discorre acerca de trabalhos sobre as formas de expressão da modalidade que compartilham de um caráter mais descritivo e pragmático. O autor insiste na importância da análise do contexto em que os dados se situam e da busca pelas explicações dos usos de determinados índices modais (que contrasta com a simples descrição dessas formas), que devem nortear as futuras pesquisas sobre modalidade. Os trabalhos privilegiam o estudo de outros índices modais que não os verbais, como os advérbios e expressões adjetivas associadas a eles. O primeiro estudo apresentado é o de Capone, *Modal adverbs and discourse* (2001), que, segundo Hoye, é de base pragmática, embora quase filosófico. O segundo trabalho é de Facchinetti et al. (2003), *Modality in contemporary English*, e é o resultado de uma conferência, de modo que reúne dezesseis artigos de vários autores, dentre os quais, Palmer, em quem Hoye centra a sua atenção. Dentre esses artigos, destacam-se os que tratam das variações que ocorrem no sistema dos índices modais e os que adotam uma perspectiva sociolinguística no tratamento da modalidade. Hoye apresenta as gramáticas do inglês feitas por Huddleston & Pullum (Cambridge) e por Biber et al. (Longman), que também contêm estudos sobre modalidade. Por fim, uma seção é dedicada à modalidade epistêmica e à evidencialidade, em suas expressões nas interações, sobretudo em um diálogo da comédia inglesa “Yes, Prime Minister!”.

1.7) LYONS, J. Subjetividade e enunciado In: LYONS, J. *Linguistic semantics: an introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. 293-336*

Este livro de Lyons é de suma importância para o estudo da modalidade. A discussão sobre a dimensão subjetiva dessa categoria gramatical é atribuída quase sempre a ele e várias outras classificações em termos de subjetividade e objetividade nasceram das considerações de Lyons nesse livro.

No capítulo “Subjetividade e enunciado”, em que o autor se detém sobre a questão da dimensão subjetiva da linguagem, o lingüista faz um extenso exame das três categorias modais de acordo com a lógica e ressalta particularidades delas, como orações que veiculam modalidade epistêmica no contexto, mas não possuem nenhum verbo modal. Assim, o autor, criticando a tradição cartesiana – tal como ela foi incorporada na Lingüística – afirma a necessidade de se considerar a subjetividade no enunciado como característica essencial. Ao se referir especificamente à modalidade, classifica-a em modalidades subjetiva e objetiva. Modalidade subjetiva, basicamente, se refere à incerteza de um falante sobre um dado fato. Modalidade objetiva, por oposição, refere-se à chance matemática de que algo seja verdadeiro.

1.8) NARROG, H. On defining modality again. *Language Sciences*, v. 27, nº 2, p. 165-192, 2005. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/pragma> Acesso em: 18 abr. 2009.

Em seu artigo, Narrog faz uma discussão sobre a modalidade e como a definição de modalidade como atitude do falante e subjetividade culminaram para que essa categoria se tornasse a lixeira das categorias gramaticais. Em uma perspectiva translingüística, levando em conta o japonês, uma língua não indo-européia, Narrog mostra que, se considerarmos as definições da categoria modalidade mencionadas acima, uma série de outras formas lingüísticas podem se encaixar dentro da categoria, como o uso de honoríficos e voz passiva em japonês, que geralmente não são consideradas modais. De fato, o autor demonstra que o conceito de subjetividade é tão amplo que todos os elementos da frase podem expressar a subjetividade do falante, desde a escolha do vocabulário até as categorias de tempo, aspecto e modalidade. Isso representa um problema em relação à delimitação das formas que expressam modalidade, isto é, na delimitação do seu campo de estudo.

Fazendo um apanhado de vários estudos da modalidade, tanto em língua inglesa como japonesa, Narrog critica as atuais definições de modalidade em relação ao que é delimitado como formas de sua expressão. Duas outras visões são também apresentadas, a noção de modalidade do discurso, e uma outra abordagem da modalidade, levando-se em

conta as noções de “realis” e “irrealis”, “factualidade” e “realidade”. Para o autor, a noção de factualidade é a que melhor definiria a categoria da modalidade porque, além de abandonar a noção vaga de subjetividade, é mais capaz de delimitar a categoria em relação às suas formas gramaticais, o que uma definição através da noção de subjetividade não faz. Além disso, através dessa nova definição, tem-se uma categoria semântica no mesmo nível das categorias de tempo e aspecto. A factualidade, como é definida pelo autor, ainda incorpora as noções tradicionais de necessidade, obrigação, possibilidade e probabilidade. Narrog conclui o artigo especificando o escopo da modalidade e as suas formas de expressão resultantes da definição estabelecida.

1.9) NEVES, Maria Helena de Moura. Imprimir marcas no enunciado. Ou: A modalização na linguagem. In: NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e Gramática*. Editora Contexto, 2006. p. 151-221.

Neste capítulo do livro *Texto e Gramática*, Neves fornece uma ampla visão dos estudos da modalidade e levanta os diversos pontos de discussão sobre essa categoria que, segundo ela, é de notável diversidade. A autora revê os conceitos de modalidade advindos da lógica e sua relação com a lingüística, além de problematizar as diferentes noções e subdivisões da modalidade de acordo com vários autores, como Palmer, Sweetser, Bally, dentre outros. Neves também vai discutir, neste capítulo, as diferentes formas de expressão da modalidade, e sua relação com os diferentes significados modais. Outros pontos importantes levantados são: a polissemia dos verbos modais, o nível de atuação da modalidade, polaridade, negação, entre outros. Ao final do capítulo, Neves vai relacionar a modalidade às noções de tempo e referencialidade. Através do estudo de corpus escrito do português brasileiro (Corpus de Araraquara), atesta-se a relação entre tempo presente e modalidade epistêmica, e tempo passado e modalidade deôntica. Neves encerra o texto fazendo a relação entre modalidade e “realis” e “irrealis”, e sua correlação com as noções de “foreground” e de “background”.

Em suma, este capítulo fornece um apanhado geral sobre os estudos da modalidade, levantando questões fundamentais e fornecendo uma visão clara e concisa das possíveis

abordagens a esta noção, o que torna o texto uma importante fonte para quem está iniciando os estudos sobre a área.

1.10) NUYTS, Jan. *Epistemic modality, language and conceptualization: a cognitive-pragmatic perspective*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2001. 428p.

Epistemic modality, language and conceptualization é uma investigação cognitivo-pragmática e funcionalista sobre a modalidade epistêmica e a sua relação com os processos de conceptualização, no holandês e no alemão, com referências ao inglês. Os objetivos do autor são dois: descobrir quais dimensões conceptuais e comunicativas determinam a expressão da modalidade epistêmica e como esses fatores influenciam na escolha de formas específicas que o façam. Para tanto, o autor recorre a amostras de corpora tanto da língua falada quanto da escrita e a exemplos inventados por ele. Nuyts estuda as quatro principais formas de expressão da modalidade epistêmica, advérbios e adjetivos modais (cap. 2), predicados de estado mental (cap. 3) e auxiliares modais (cap. 4), em termos de fatores funcionais que perpassam as categorias em questão. Esses fatores são os seguintes: evidencialidade (que Nuyts exclui do sistema da modalidade epistêmica), performatividade x descritividade, estrutura informacional (bastante relacionada a aspectos prosódicos) e estratégia discursiva. Como conclusão, apresentada no cap. 6, mais teórico do que os outros, o autor, baseando-se no modelo de produção de linguagem FPG – “Functional Procedural Grammar”, defende a importância crucial do falante e do contexto em que os usos se situam para a instanciação do sentido e a posição central que a modalidade epistêmica ocupa na escala de estrutura conceptual.

1.11) NUYTS, Jan. *The modal confusion: On terminology and the concepts behind it*. In: KLINGE, Alex; MULLER, Henrik H. *Modality: Studies in form and function*. Oakville: Equinox Publishing Limited, 2005. p. 5-37.

Neste artigo, através de uma abordagem cognitivo-funcionalista da linguagem, Nuyts problematiza a dificuldade de se caracterizar a categoria modalidade, e também de se definir suas subcategorias. O autor argumenta que as razões históricas e formais em favor

de uma supercategoria englobando as noções semânticas de modalidade epistêmica, deôntica e dinâmica não se sustenta por estas categorias serem substancialmente diferentes entre si. O autor sugere ainda que o estudo dessas subcategorias como categorias distintas seria mais proveitoso, já que colocaria as subcategorias modais em um mesmo nível de estudo ao do tempo e aspecto. Para o autor, as categorias modais, juntamente com tempo e aspecto, fazem parte de um sistema mais complexo de qualificações, no sentido de que esse sistema age sobre um estado de coisas, ao modificá-las, situá-las ou avaliá-las. Esse conjunto parece ser uma parte funcional básica do nosso sistema de conceptualização do mundo e, segundo o autor, seus elementos básicos estão presentes em todos os humanos.

Dentro desse sistema qualificacional, é possível ainda agrupar as modalidades epistêmica, deôntica e evidencialidade e também a bulomaica em uma supercategoria que seria motivada pelo fato de essas quatro noções compartilharem um caráter atitudinal, isto é, todas elas são tipos de comprometimento com um estado de coisas. Outro grupo, em contraste com o anterior, seria o grupo situacional, que incluiria tempo, aspecto quantificacional (frequência) e espaço.

Nuyts conclui que, embora o termo atitude seja preferível à modalidade, parece improvável que a noção de modalidade desapareça, por estar tão enraizada ao discurso e prática científicos.

1.12) PALMER, Frank R. *Mood and Modality*. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001 [1986]. 236p.

Neste livro, Palmer trata a modalidade como uma categoria gramatical translingüística que, juntamente com as categorias de tempo e aspecto, está relacionada com o evento ou a situação que é reportada pela proposição. Entretanto, Palmer diz que, ao contrário das categorias de tempo e aspecto, que são categorias associadas com a natureza do evento, a modalidade não se refere diretamente a nenhuma característica do evento, mas com o status da proposição que descreve o evento reportado pelo enunciado.

Palmer fala de duas distinções básicas em como as línguas tratam a categoria de modalidade: sistemas modais e modo. Ele acredita que uma dessas duas noções costuma ser mais saliente nas línguas, que podem ser caracterizadas por uma ou pela outra. O autor

distingue dois tipos de modalidade: modalidade proposicional e modalidade de evento. A modalidade proposicional engloba as noções de modalidade epistêmica e evidencialidade e a modalidade de evento inclui as modalidades deôntica e dinâmica. O autor afirma ainda que uma tipologia da modalidade a partir das formas lingüísticas não é possível devido a ampla complexidade de formas que expressam essa noção encontradas nas 122 línguas que analisou.

O livro é organizado em duas partes. A primeira parte compreende os capítulos 2, 3 e 4 e se refere aos sistemas modais, modalidade proposicional e eventual. A segunda parte (capítulos 5, 6, 7) se refere ao modo; na qual lida com os modos subjuntivo e indicativo e com as noções de “realis” e “irrealis”. No capítulo 8, Palmer discute a questão do passado usado como modal.

1.13) RADDEN, G. and DIRVEN, R. Modality. In: RADDEN, G. and DIRVEN, R. *Cognitive English Grammar*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007. Parte 3 – cap. 10, 233-266.

O capítulo traz uma perspectiva cognitiva da modalidade, relacionando o fenômeno a processamentos interpretativos devido a mesclagens e ao modelo de Dinâmica de Forças, estes, construtos da Lingüística Cognitiva, usados para explicar uma série de fenômenos dos mais variáveis níveis lingüísticos. Baseados na teoria de mesclagem de Facounnier e Tunner, os autores afirmam que a interpretação de modais está relacionada com a integração de vários espaços mentais. Caso a modalidade em questão seja, por exemplo, a deôntica, a integração seria entre os espaços mentais da conduta e do ato de fala em curso. O modelo de Dinâmica de Forças, por sua vez, é usado para a explicação da conceptualização do mundo físico em que os modais se baseiam. Por exemplo: “ter que” está relacionado a uma força física que impele a pessoa a fazer algo.

Apesar de ser um capítulo introdutório e, portanto, trazer discussões breves, faz análises interessantes da relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade e o desenvolvimento de modais epistêmicos a partir de modais de raiz. Em relação a esse último tópico, mais especificamente, os autores argumentam que modais polissêmicos

possuem, geralmente, sentidos de compelir e de capacitar que adquirem outras acepções, justificando a polissemia acima mencionada.

1.14) TUCCI, Ida. *L'espressione lessicale della modalità nel parlato spontaneo. Analisi del corpus C-ORAL-ROM Italiano. 2007. 322f. Tese de doutorado (Doutorado em Lingüística). Università degli Studi di Firenze, Firenze, 2007.*

Tucci estuda a relação entre modalidade e ilocução nas unidades informacionais, na fala informal do italiano, utilizando um corpus de fala espontânea do projeto europeu C-ORAL-ROM, transcrito em unidades tonais. Tucci usa, como base teórica, a Teoria da Língua em Ato, de Cresti (2000), que propõe a relação entre o agir humano e o agir na fala, expressos no enunciado. A caracterização do enunciado é realizada através de critérios entonacionais, que indicam a realização de um ato de fala, pragmaticamente interpretado.

As unidades de análise são unidades pragmáticas, chamadas na teoria de unidades informacionais (tópico, comentário, inciso, etc.). A autora considera que o escopo da modalidade não seria o enunciado, mas a unidade informacional, isto é, um mesmo enunciado pode ser composto de diferentes unidades com índices modais diversos. A modalidade é considerada, nesse ponto de vista, como não-composicional. Utilizando as categorias lógico-formais de modalidade (epistêmica, deôntica e alética), a autora analisa em seu trabalho as formas de expressão lexical (adverbiais e verbais flexivos e lexicais) da modalidade nas unidades informacionais, também analisa a natureza da relação entre a modalidade e a ilocução, dentro do enunciado, a relação entre modalidade e a articulação informacional do enunciado, além da relação entre os diversos valores modais e as unidades informacionais.

A leitura dessa obra é interessante por apontar numa direção diferente do estudo da modalidade como fenômeno semântico e relacioná-la com a pragmática. Assim, neste trabalho a modalidade é considerada correlacionalmente a elementos de prosódia e com a estrutura informacional, que são fenômenos característicos da fala.

1.15) VON FINTEL, Kai. Modality and Language. In: Borchert, Donald M. *Encyclopedia of Philosophy*. 2 ed. MacMillan. 2006.

Neste artigo, Kai von Fintel, segundo uma abordagem formalista, assume que a modalidade, comparável a tempo e a aspecto, relaciona-se com as noções de possibilidade e de necessidade presentes na proposição prejacente (análise de nível proposicional), embora não descarte a análise que considera a existência de uma relação modal entre o sujeito e o predicado (análise de nível predicativo). Segue-se à definição de modalidade a descrição dos principais valores modais, que, segundo o autor, são o alético (diferente dos demais por estar pouco presente nas línguas naturais), o epistêmico, o deôntico, o bulomaico, o dinâmico e o teleológico. Os valores modais podem se expressar por índices modais claros (auxiliares modais, verbos semi-modais, advérbios, nomes, adjetivos e condicionais – a que ele destina um tratamento especial), ou não (“modalidade escondida”), uma vez que a modalidade é artifício inerente às línguas naturais. Para distinguir os valores modais, von Fintel, seguindo Angelika Kratzer (1981,1991), conjuga três fatores, um deles relacionado à Teoria dos Mundos Possíveis: a quantificação dos mundos, em que cada um compartilha propriedades com cada valor modal. Além das categorias modais principais, o autor menciona outras que estariam intimamente relacionadas à modalidade, são elas: evidencialidade, modo, construções proposicionais e força ilocucionária. Por fim, um tratamento breve é dado às visões da lingüística descritiva e da tipológica sobre modalidade. Por ser bem sucinto e claro, o artigo pode ser interessante para iniciantes nos estudos de modalidade.

2. Glossário

2.1. Categorias modais

2.1.1) Alética: Na modalidade alética, o falante julga como possível, em um mundo real ou possível, a eventualidade de um estado de coisas predicado. A modalidade alética se refere à possibilidade física ou natural, compatível com âmbito físico e social de um dado universo. Segundo Neves (2006) a modalidade alética se refere às noções de verdade ou

falsidade das proposições. A idéia de verdade está ligada às noções de necessidade e possibilidade da lógica modal, desse modo a noção de verdade deixa de ser absoluta, e está ligada ao mundo ontológico. De acordo com Neves, embora essa categoria seja importante para a lógica, é difícil detectá-la nas línguas naturais. Tucci, entretanto, inclui a modalidade alética no seu estudo sobre índices modais por considerar essa categoria bastante útil para a descrição do uso vivo da língua (cf. TUCCI, 2007, p. 57).

(1) “Um tigre **pode** ser branco”³.

(2) “A água **pode** ser encontrada em estado líquido, sólido ou gasoso.”⁴

2.1.2) Bulomaica: Indicação de intenção ou volição do falante. Exemplos:

(1) “Não **pode** ser. Seria sorte demais... (...)”⁵

(2) “Desta vez o título **deve** ser nosso.”⁶

(3) “Você **tem de** ir para a cama em dez minutos”⁷

Alguns autores (NEVES, 2006; VON FINTEL, 2005) definem a categoria bulomaica, associando-a às noções de possibilidade e de necessidade. Dessa forma, a modalidade bulomaica estaria presente em enunciados em que o falante avaliasse o estado de coisas em termos de necessidade e de possibilidade segundo seus desejos. Para Nuyts (2005), a atitude bulomaica é a indicação do grau de apreciação que o falante faz do estado de coisas. Exemplo:

(4) “(É) **Ótimo** que você venha à minha festa hoje à noite”⁸

³ “A tiger **can** be white” (TUCCI, 2007).

⁴ NEVES, 2006.

⁵ NEVES, 2006.

⁶ NEVES, 2006.

⁷ “You **have to** go to bed in ten minutes” (VON FINTEL, 2005).

⁸ “(It is) **Great** that you are coming to my party tonight” (NUYTS, 2005).

Neves (2006), Nuyts (2005) e Tucci (2008) chamam atenção para o caráter essencialmente deôntico presente na categoria bulomaica. Neves, por um lado, argumenta que a categoria bulomaica expressa necessidade deôntica; Nuyts e Tucci, por outro, defendem a aproximação das noções porque desejos e intenções relacionam-se com ações, assim como ordens e permissões. Por esses motivos, esses autores questionam se a categoria bulomaica deveria ser independente da deôntica.

2.1.3) Circunstancial: Indicação do que é possível ou necessário segundo determinadas circunstâncias.

(1) “Eu **tenho de** espirrar”⁹

Alguns autores não concebem a modalidade circunstancial como uma categoria autônoma, mas como uma noção que pode ser expressa em enunciados modalizados alética ou dinamicamente.

2.1.4) Deôntica: A modalidade deôntica está relacionada, na tradição lógica, às noções de obrigação e permissão, e é geralmente encontrada em diretivas que impõem uma obrigação ou que garantem uma permissão, além de orações que reportam condições deônticas. Nos estudos tradicionais de modalidade, a modalidade deôntica não inclui as noções semânticas como habilidade e desejo, as quais possuem em diversas línguas expressão lingüística semelhante às de obrigação e permissão.

Para Nuyts, a modalidade deôntica é frequentemente definida também em relação a noções de obrigação e permissão, e pode ser definida como uma indicação do grau de desirabilidade moral do estado de coisas expressa na oração. Ela é representada de um modo mais complexo por expressões de permissão, obrigação ou impedimento para que o primeiro participante da oração realize o estado de coisas expresso pela oração.

(1) “Você **pode** ir agora”¹⁰

⁹ “I **have to** sneeze” (VON FINTEL, 2005).

(2) “Nós **devemos** resolver este problema antes que se torne público”¹¹

(3) “Desta vez o título **deve** ser nosso.”¹²

Alguns autores incluem esta modalidade juntamente com a modalidade dinâmica (ou habilitativa) sob o rótulo de modalidade de orientação para o agente (BYBEE & PERKINS, 1994). A modalidade deôntica também é chamada de modalidade de raiz.

2.1.5) Disposicional: Outro nome para modalidade habilitativa, já que engloba as mesmas noções dessa categoria. São elas: disposição, habilitação e capacitação.

(1) “Os reimplantes são completados. A Criatura, mesmo renga, **pode** andar.”¹³

Neves (2006) aproxima esse conceito da modalidade deôntica e dá o seguinte exemplo para mostrar a sobreposição das categorias.

(2) “O premiê britânico, John Major, disse ontem em entrevista à BBC que a princesa Diana **deve** ter um papel digno na vida pública.”¹⁴

Há controvérsias quanto a essa aproximação de conceitos. Para Palmer, por exemplo, a noção de capacidade é muito importante no estudo da modalidade e mereceria uma categoria separada, a modalidade dinâmica.

2.1.6) Epistêmica :A modalidade epistêmica expressa o grau de comprometimento do falante à verdade da proposição contida no enunciado. Na tradição lógica, a modalidade epistêmica se refere à expressão da possibilidade ou necessidade da proposição em relação a um estado de coisas.

¹⁰ “You **may** go now” (NUYTS, 2005).

¹¹ “...we **must** resolve this problem before it gets public” (NUYTS, 2005).

¹² NEVES, 2006.

¹³ NEVES, 2006.

¹⁴ NEVES, 2006.

Segundo Nuyts (2005), a modalidade epistêmica está relacionada a uma estimativa tipicamente, mas não necessariamente, do falante, da chance de que um estado de coisas expresso na frase seja aplicável ao mundo ou não.

- (1) “- Eu **devo** estar com febre
- Isso **pode** ser febre amarela, não tenho certeza.”¹⁵

Alguns autores (BYBEE, PALMER *apud* NUYTS, 2005) incluem a evidencialidade na categoria de modalidade epistêmica, embora Nuyts considere as duas categorias como distintas uma da outra. Segundo o autor, evidencialidade tem a ver com a expressão da natureza da fonte ou provas invocadas para assumir a existência de um estado de coisas, e não envolve uma avaliação especial quanto à sua veracidade ou falsidade.

2.1.7) Habilitativa: Indicação de habilitação e capacidade do falante. Exemplos:

- (1) “A Criatura, mesmo renga, **pode** andar”¹⁶
(2) “A princesa Diana **deve** ter um papel ‘digno’ na vida pública”¹⁷

Nuyts, que, assim como Neves, agrupa capacidade, habilidade, disposição e necessidade dentro da categoria “dinâmica”, acrescenta a essa definição de modalidade habilitativa a idéia de que as noções de habilitação e capacidade não devem necessariamente estar relacionadas ao falante, entendido como sujeito, como se pode perceber pelo seguinte enunciado:

- (3) “A mesa foi desmontada para que ela **possa** ser transportada mais facilmente”¹⁸

Esse autor também considera pertencente à categoria habilitativa o seguinte:

¹⁵ “I **must** have a temperature e That **may** be yellow fever, I’m not sure.” (COATES *apud* BYBEE et al, 1995).

¹⁶ NEVES, 2006.

¹⁷ NEVES, 2006.

¹⁸ “The table has been dismantled, so that it **can** be transported more easily” (NUYTS, 2005).

(4) “**Pode** nevar no inverno”¹⁹

Nesse caso, a habilidade, ou capacidade, relaciona-se a um participante externo.

2.1.8) Modalidade de raiz: Nome genérico para vários tipos de modalidade que não são a epistêmica. O uso do termo pode variar de autor para autor, porque não é um consenso sobre quais são as categorias modais. Mais comumente, a modalidade de raiz será encontrada associada à modalidade deôntica em alguns trabalhos e às modalidades habilitativa e deôntica em outros.

2.2 Categorias relacionadas à modalidade

2.2.1) Evidencialidade: Indicação da origem do conhecimento do falante. Von Stechow (2005) reconhece dois tipos de evidências, as diretas e as indiretas, estas dividem-se em inferências e conclusões baseadas em discursos de outros ou resultantes de probabilidade. Diferentemente de von Stechow, que entende evidencialidade como uma noção relacionada à modalidade, mas não à certa categoria modal, alguns autores consideram a evidencialidade como uma noção submetida à modalidade epistêmica ou o contrário. A relação evidencialidade-modalidade epistêmica é uma questão controversa dentro dos estudos sobre modalidade. Nuyts (1992, 1993a, 1993b, 2001 *apud* NEVES, 2006) defende que a avaliação epistêmica estaria no escopo da indicação evidencial. Palmer (1986), Hengeveld (1988, 1989) e Dik (1989a, 1997 *apud* NEVES, 2006) pensam que os evidenciais são índices de modalidade epistêmica e que a evidencialidade incide apenas sobre a modalidade objetiva (avaliação que o falante faz do estado de coisas independente da opinião pessoal; relaciona-se à realidade do estado de coisas), não sobre a subjetiva (compromisso pessoal do falante com a sua atitude em relação à proposição), que estaria no mesmo nível da evidencialidade.

¹⁹ “It **can** snow in winter” (NUYTS, 2005).

2.2.2) Ilocução: A modalidade e a ilocução são conceitos diversas vezes interligados ou confundidos na literatura lingüística, em especial por este ser um conceito relativamente novo dentro da tradição gramatical, e por ser também diversas vezes assimilada ao conceito de modalidade (CRESTI, 2001). Ambas podem ser definidas como atitudes do falante, porém, na modalidade, a atitude do falante é em relação ao conteúdo da proposição (locução), e na ilocução, em relação ao interlocutor. Em outras palavras, a modalidade é caracterizada pela relação entre o falante e o “dictum”; e a ilocução, pela relação entre o falante e o interlocutor, através do “dictum”.

A ilocução pode ser definida dentro da Teoria dos Atos de Fala de Austin (1962) como a contraparte do ato de fala que expressa uma ação através de uma expressão lingüística. Desse modo, uma frase proferida pelo falante pode cumprir uma ilocução - ou força ilocucionária - de promessa, ou pedido. A contraparte lingüística, formal do ato de fala, é a expressão da língua e a terceira contraparte na teoria é o ato perlocutório, que é a reação do ouvinte à ilocução.

2.2.3) Modo: Modo e modalidade são duas noções bastante confusas nos estudos da linguagem, por estarem relacionadas histórica e lingüisticamente. Enquanto a modalidade pode ser definida semanticamente, o termo modo refere-se a uma categoria de formas gramaticais do verbo que pode exprimir um significado modal. Modos são expressos através de flexões verbais, geralmente em conjuntos distintos de paradigmas verbais, como o indicativo, subjuntivo, imperativo, condicional (ou subjuntivo), que variam de língua para língua em relação ao número, bem como as diferenças semânticas.

2.2.4) Negação: Alguns autores consideram a existência de uma modalidade negativa, que, como um valor modal, situar-se-ia no mesmo nível dos demais; desse modo, a negação seria um tipo de modalidade. Segundo Cresti (2001), como há enunciados modalizados que estão na forma não-marcada, afirmativa, ou na marcada, negativa, e como duas modalidades não podem co-ocorrer, é possível concluir que a negação é uma marcação em relação à proposição; portanto, é difícil reconhecer uma categoria que se chame modalidade

negativa e que esteja no mesmo nível dos outros valores. Halliday (1985, *apud* NEVES, 2006), considera a modalidade no mesmo nível da polaridade, situando a primeira entre os pólos positivo e negativo do enunciado. Os advérbios *talvez* e *às vezes* representariam os valores graduais das escalas de probabilidade e de habitualidade e estariam entre o *sim* e o *não*. Dados mostram que a posição da partícula de negação, “não”, afeta a expressão da modalidade. Em enunciados com o verbo “poder”, mais de um sentido pode ser atribuído à avaliação que o falante faz do estado de coisas, em função da posição do elemento polarizador, como se pode perceber nos exemplos que se seguem:

- (1) “É claro que essa situação **poderia não** perdurar”²⁰
- (2) “É claro que essa situação **não poderia** perdurar”²¹

O mesmo não acontece com o verbo “dever”:

- (3) “O show dos Rolling Stones danificou o gramado, que **deve não** estar em condições de uso para o domingo”²²
- (4) “O show dos Rolling Stones danificou o gramado, que **não deve** estar em condições de uso para o domingo”²³

2.3. Classificação de autores

2.3.1) A visão de Bybee: Bybee acredita que uma verdadeira compreensão da categoria modalidade emerge de estudos diacrônicos e propôs em seu trabalho (BYBEE, PERKINS, 1994) uma nomenclatura diferente para as categorias modais, ou tipos modais que, segundo a autora, melhor refletem generalizações diacrônicas. Segundo a autora, as categorias modais podem ser divididas em modalidade de orientação ao agente, modalidade de

²⁰ NEVES, 2006.

²¹ NEVES, 2006.

²² NEVES, 2006.

²³ NEVES, 2006.

orientação ao falante e modalidade epistêmica. A modalidade de orientação para o agente, a qual engloba todos os significados modais que predicam condições sobre um agente com relação à realização de uma ação referida no predicado principal (BYBEE, FLEISHMAN, 1995), que são obrigação, desejo, habilidade, permissão e possibilidade de raiz. A segunda categoria é a de modalidade de orientação ao falante, que inclui diretivas como imperativo, optativo, proibitivos etc. que representam atos de fala com os quais o falante tenta levar o ouvinte à ação. A outra categoria, a da modalidade epistêmica, mantém sua definição tradicional de indicar o comprometimento do falante em relação à verdade de uma proposição. Essa categoria inclui as noções de possibilidade, probabilidade e certeza inferida.

O argumento principal para essa divisão das categorias modais é refletido em tendências morfossintáticas das expressões sob o rótulo de modalidade deontica, já que parece haver uma tendência quase universal de a modalidade de agente ser expressa por verbos, auxiliares ou partículas enquanto os outros dois tipos são geralmente expressos através de flexão. Outro padrão universal é um padrão diacrônico no qual os modais de orientação ao agente tendem a se desenvolver em modais epistêmicos ou modais de orientação ao falante.

2.3.2) A visão de Nuyts: Nuyts (2001, 2005) explora a noção de modalidade através de uma perspectiva cognitivo-pragmática. Por cognitivo, entende-se que a linguagem é uma dimensão da atividade mental humana, enquanto a dimensão pragmática é a parte observável do comportamento lingüístico. Nuyts considera as avaliações modais como sendo uma categoria básica da conceptualização humana em geral, logo uma investigação da modalidade não se limita à pura descrição lingüística, mas requer também atenção aos sistemas conceituais que as produz. Essa perspectiva cognitivo-pragmática leva Nuyts (2001) a utilizar em seu trabalho sobre a modalidade epistêmica uma análise focada em uma abordagem paradigmática. Nessa abordagem, parte-se de uma função à forma, o que envolve ter como objeto de estudo uma categoria funcional abstrata específica, a epistêmica neste caso, e a partir daí investigar as suas manifestações na estrutura lingüística de modo a compreender como funciona a relação entre forma e função dentro da categoria.

O autor considera a definição da categoria da modalidade como uma das noções semânticas mais controversas nos estudos da linguagem e afirma que a atual noção de modalidade não é boa, chegando a sugerir que seria melhor que a supercategoria modal fosse desmembrada em favor de diversos conceitos semânticos específicos, ou subcategorias, estudadas separadamente. O autor afirma ainda que não há razão forte o suficiente para justificar uma categoria mais ‘alta’ da modalidade que agrupe as três dimensões: dinâmica, deôntica e epistêmica, e rebate os argumentos por razões históricas, formais ou semânticas que defendem o agrupamento dessas noções em uma supercategoria.

Finalmente, Nuyts considera que a modalidade, assim como as categorias de tempo e aspecto, faz parte de um sistema mais amplo de qualificações de um estado de coisas. Dentro desse sistema, as modalidades epistêmica, deôntica e a evidencialidade formam uma subcategoria por compartilharem um caráter atitudinal, isto é, o fato de que essas subcategorias são tipos de comprometimento a um estado de coisas. A modalidade dinâmica é um caso a parte, por ser considerada uma subcategoria do aspecto quantificacional devido ao seu caráter iterativo.

2.3.3) A visão de Palmer: O autor reconhece quatro valores modais: o epistêmico, o evidencial, o deôntico e o dinâmico, e os divide em duas supercategorias, modalidade de evento e modalidade proposicional. A primeira compreende os enunciados em que há referência a eventos, e é a categoria a que os valores deôntico e dinâmico pertencem. A segunda é referente à atitude do falante com relação à verdade e à factualidade da proposição, e é a qual pertencem a modalidade epistêmica e a evidencial.

A modalidade proposicional epistêmica diz respeito ao julgamento que o falante faz sobre a factualidade da proposição, enquanto a evidencial relaciona-se com as evidências que o falante tem a respeito desse estatuto factual. Contudo, Palmer argumenta sobre o fato de não ser sempre possível dissociar essas duas modalidades. Os exemplos seguintes mostram, respectivamente, os três tipos de modalidade epistêmica presentes no inglês, os quais também demonstram evidencialidade, uma vez que o falante avalia a proposição ao mesmo tempo em que torna evidentes os meios pelos quais chegou a essa avaliação.

- (1) “João **deve** estar em seu escritório”²⁴ (especulativa)
- (2) “João **tem de** estar em seu escritório”²⁵ (dedutiva)
- (3) “João **estará** em seu escritório”²⁶ (assuntiva)

Há dois tipos, segundo Palmer, de modalidade evidencial, a reportada e a sensorial. O tipo reportado está presente em enunciados nos quais o falante não é a origem da proposição, mas tomou conhecimento dela por outra pessoa, seja por meio de conversas, seja por leituras. O tipo sensorial refere-se às fontes sensoriais que embasam a proposição.

- (4) “O homem carregou o cachimbo, **dizem**”²⁷ (modalidade evidencial reportada)
- (5) “Qualquer um **pode ver** que você esteve doente”²⁸ (modalidade evidencial sensorial).

A modalidade de evento deôntica relaciona-se com obrigação e permissão, provenientes de fontes externas ao falante (regras, normas, autoridades). A dinâmica, por sua vez, engloba as noções de habilidade, ou possibilidade em um sentido mais geral, e de desejo, cujas fontes são internas ao falante. Palmer oferece os seguintes exemplos:

- (6) “João **pode** entrar agora”²⁹ (permissão – modalidade deôntica)
- (7) “João **deve** entrar agora”³⁰ (obrigação – modalidade deôntica)
- (8) “João **pode** falar francês”³¹ (habilidade – modalidade dinâmica)
- (9) “Ele **pode** escapar”³² (possibilidade – modalidade dinâmica: a porta não está trancada)
- (10) “João **vai fazer** isso para você”³³ (desejo – modalidade dinâmica).

²⁴ “John **may** be in his office” (PALMER, 2001).

²⁵ “John **must** be in his office” (PALMER, 2001).

²⁶ “John’**ll** be in his office” (PALMER, 2001).

²⁷ “The man carried the pipe, **they say**” (PALMER, 2001).

²⁸ “One **can see** you were sick” (PALMER, 2001).

²⁹ “John **may/can** come in now” (PALMER, 2001).

³⁰ “John **must** come in now” (PALMER, 2001).

³¹ “John **can** speak French” (PALMER, 2001).

³² “He **can** escape” (PALMER, 2001).

³³ “John **will** do it for you” (PALMER, 2001).

2.3.4) A visão de Sweetser: A autora distingue duas noções modais, a de raiz e a epistêmica. A de raiz compreende o mundo das ações, ou o mundo real, relacionados à obrigação, à permissão ou à habilidade. A epistêmica diz respeito ao mundo interno, mental e se relaciona com necessidade, possibilidade ou probabilidade no ato de pensar. Exemplos:

(1) “João **deve** estar em casa às 22 horas; a mãe não vai deixá-lo ficar fora por mais tempo”³⁴ (modalidade de raiz)

(2) “João já **deve** estar em casa; estou vendo o casaco dele”³⁵ (modalidade epistêmica)

Segundo a autora, as noções epistêmicas partiriam das noções de raiz, uma vez que o mundo interno seria conceptualizado em termos do externo, assim como o que é abstrato, ou mental, é conceptualizado em termos do concreto. Os verbos modais envolvidos na manifestação das duas modalidades são os mesmos e, embora possam se referir a dois valores modais distintos, compartilham de noções paralelas relativas à força. Explicando melhor, Sweetser baseia-se no modelo de Dinâmica de Forças de Talmy (1981, 1988), que propõe uma correspondência entre a causação linguística e forças dinâmicas, e o aplica ao estudo dos modais. Dessa forma, os modais, em seu uso de raiz, podem ser comparados à imposição, ou não, de força a um corpo – “may” estaria relacionado à ausência de uma barreira, ou à ausência de restrição; “need”, a uma força interna ao sujeito pragmático; “have to”, a uma força externa (obrigação externa) que compele o sujeito a agir. Os sentidos de raiz são metaforizados em sentidos epistêmicos. Essa comparação corrobora a idéia de que os modais são conceptualizados a partir de forças sociofísicas. Os sentidos epistêmicos, por sua vez, provêm dos de raiz segundo um processo metafórico.

2.3.5) A visão de Tucci: A autora assume, a partir das ideias de Bally (1950 [1932], 1942), que modalidade é a atitude do falante (“modus”) com relação ao que ele profere (“dictum”). Seguindo essa concepção, ela reconhece três categorias modais: alética, epistêmica e

³⁴ “John **must** be home by ten; Mother won’t let him stay out any later” (SWEETSER, 1990).

³⁵ “John **must** be home already; I see his coat” (SWEETSER, 1990).

deôntica. A primeira relaciona-se à verdade, necessária ou contingente, possível ou impossível, do estado de coisas e estende-se a discursos reportados, uma vez que o falante apresenta o enunciado como verdadeiro, e à expressão de habilidade e da disposição de um sujeito a fazer algo em um mundo possível. Dois exemplos de enunciados modalizados aleticamente são os seguintes:

- (1) “Um cisne **pode** ser negro”³⁶
- (2) “Um leopardo **deve** ser malhado”³⁷

A segunda categoria modal, a epistêmica, descreve o juízo subjetivo do falante, que exprime o grau e a natureza da asserção e um valor positivo ou negativo ao evento descrito.

- (3) “**Devem** ser os sete”³⁸
- (4) “Julio **pode** ter partido”³⁹

Para tanto, o falante baseia-se no que conhece. Há uma escala de probabilidade para a ocorrência do estado de coisas. Tucci menciona a divisão de Lyons (1977) da modalidade epistêmica entre objetiva e subjetiva. Na objetiva, as bases da avaliação que o falante faz do estado de coisas estão situadas no mundo externo, é reconhecida socialmente; na subjetiva, a fonte da avaliação é o próprio falante, que indica o grau de certeza sobre o que está dizendo. A modalidade deôntica baseia-se nas noções de obrigação e permissão e exprime o comprometimento do falante com possíveis ações (obrigatórias, permitidas, ou não, e desejadas).

- (5) “Marco **deve** partir hoje”⁴⁰

³⁶ “Un cigno **può** essere nero” (TUCCI, 2008).

³⁷ “Un leopardo **deve** essere maculato” (TUCCI, 2008).

³⁸ “**Devono** essere le sette” (TUCCI, 2008).

³⁹ “Giulio **potrebbe** essere partito” (TUCCI, 2008).

⁴⁰ “Marco **deve** partire oggi” (TUCCI, 2008).

Tucci estuda a modalidade a partir de corpora de fala de quatro línguas românicas (espanhol, francês, italiano e português), os quais pertencem ao projeto C-ORAL-ROM. Os corpora são transcritos e segmentados em Unidades Informacionais (unidades menores que, a princípio, correspondem a unidades tonais) segundo a Teoria da Língua em Ato (Cresti, 2000), que compreende a prosódia como a interface entre o domínio do agir humano (atos de fala) e o da expressão lingüística (enunciados). A partir de estudos que seguem essa teoria, Tucci pôde concluir que o escopo da modalidade é a unidade informacional e que a modalização não é composicional, na língua falada. Essas idéias chocam-se com o que defende o princípio de composicionalidade, segundo o qual o significado de uma expressão complexa depende do significado das expressões que a compõem e da forma como essas se organizam. Esse princípio serve de base para muitos estudos sobre modalidade, segundo os quais a modalização pode se estender a toda a proposição e pode haver sobreposição de um valor modal sobre outro.

2.4. Abordagens mais importantes de modalidade – um resumo

2.4.1) Abordagem cognitiva: Explica a conceptualização de modais e a evolução de índices modais de raiz para epistêmicos. Os trabalhos mais representativos dessa área são TALMY (2000), no qual a modalidade é vista como causação e, uma vez que a causação lingüística é interpretada como conceptualização das forças do mundo físico, a modalidade também o é. No trabalho de Talmy, vários modelos de dinâmicas de força são conceptualizados e dão origem a diferentes noções/expressões lingüísticas modais. "Poder", por exemplo, um modal presente em várias línguas, pode ser interpretado como resultado da conceptualização de uma força mais forte que permite o movimento da entidade mais fraca.

A explicação de Talmy é utilizada por Sweetser (1990) para abordar a questão do desenvolvimento de modais epistêmicos a partir de modais de raiz. Usando de argumentos históricos e de pesquisas de aquisição de linguagem, a autora chega a conclusão de que tal desenvolvimento se dá por processos metafóricos. Assim, quando o modal poder, por

exemplo, além de se referir sobre a possibilidade de que algo aconteça no mundo físico, também se refere a possibilidades referentes a idéias, o processo metafórico instaurou a polissemia.

2.4.2) Abordagem formal: Na abordagem formal a modalidade é vista como um operador que atua sobre a proposição, gerando uma proposição mais complexa; assim, o conteúdo semântico da proposição é alterado. A modalidade, segundo essa visão, é considerada composicional. Para os formalistas, a modalidade é a expressão no nível semântico da necessidade ou possibilidade através dos operadores modais: É possível que x e É necessário que x.

A partir desses dois operadores modais desenvolvem-se dois tipos de lógica, a lógica deôntica, de acordo com a lei e a moral; e a lógica epistêmica, de acordo com a possibilidade de uma dada proposição em mundos possíveis.

2.4.3) Abordagem funcional: Mais especificamente, o modelo de Simon Dik se debruça sobre a estrutura subjacente da cláusula, a qual está organizada nas seguintes camadas: a predicação; a proposição e a cláusula. A predicação é composta da predicação nuclear, que nada mais é do que o que conhecemos como predicado. Ao predicado, associam-se os termos (argumentos) os quais são essenciais devido à natureza semântica do verbo. À medida que a predicação vai se formando, o verbo e seus argumentos ganham operadores, os operadores de nível 1, os quais indicam, geralmente, modo, tempo e aspecto. Podem ainda ser acrescentados satélites de nível 1, que são meios lexicais que incidem sobre o predicado atribuindo ou reforçando noções semânticas. Dentre outros índices, advérbios modais podem ser "computados" nessa fase. Em outro nível, constituem-se a proposição, que diz respeito a um fato que pode ocorrer no mundo e o julgamento dos falantes sobre tal fato à proposição acrescenta-se a força locucionária (mais conhecida como modalidade da frase), assim obtém-se a cláusula que designa um ato de fala. Percebe-se que, para esse modelo funcionalista, a modalidade é um ingrediente acrescentado à forma sintática, que se forma paulatinamente.

Referências Bibliográficas

- AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press. 1962.
- BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française*. Berna: Éditions Francke. (1965 [1932])
- BARBIERS, Sjef, BEUKEMA, F., van der WURFF, W. (Eds.). *Modality and its Interaction with the Verbal System*. Amsterdam: John Benjamins, 2002. 290 p.
- BIBER et al. *Longman Grammar of Spoken and Written English*. London: Longman, 1999.
- BRANDT, Søren. *Modal Verbs in Danish*. Copenhagen: C. A. Reitzel. 1999. 224 p.
- BYBEE et al. *The evolution of grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994. 389p.
- BYBEE, Joan L., FLEISCHMAN, Susan (Eds.). *Modality in Discourse and Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. 575 p.
- CAPONE, Alessandro. *Modal Adverbs and Discourse: Two Essays*. Pisa: Edizioni ETS, 2001.
- CRESTI, E. *Corpus di Italiano parlato*, 2 vol. Firenze: Academia della Crusca, 2000.
- CRESTI, E. *Modalità e illocuzione*. 14p. Lablita. Università di Firenze. 2001.
- FACCHINETTI, Roberta, KRUG, Manfred, PALMER, Frank (Eds.). *Modality in Contemporary English*. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 2003.
- GIVON, T. *Syntax: An Introduction*. John Benjamins Publishing Company, 2001 Volume 1: xvi+500p.
- GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- GREENBERG, JOSEPH H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: *Universals of grammar*, ed. Joseph H. Greenberg, 2nd edition, 73-113. Cambridge, Mass: MIT Press, 1966.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in functional grammar. *Journal of Semantics* 6,1988, p.227-269.

HENGEVELD, K. Layers and operators in functional grammar. *Journal of Linguistics* 25, 1989. p. 127-157.

HERSLUND, M. Subjective and objective modality. In: KLINGE, Alex; MULLER, Henrik H. *Modality: Studies in form and function*. Oakville: Equinox Publishing Limited, 2005. p. 39-48.

HOYE, Leo Francis. “You may think that; I couldn’t possibly comment!” *Modality studies: Contemporary research and future directions*. Part I. *Journal of Pragmatics*, Hong Kong, v. 37, p.1295-1321, 2005. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/pragma> Acesso em: 20 mar. 2009.

HOYE, Leo Francis. “You may think that; I couldn’t possibly comment!” *Modality studies: Contemporary research and future directions*. Part II. *Journal of Pragmatics*, Hong Kong, v. 37, p.1481-1506, 2005. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/pragma> Acesso em: 20 mar. 2009.

HUDDLESTON, Rodney, PULLUM, Geoffrey K. *The Cambridge Grammar of the English Language*. Cambridge: University Press, 2002.

KRATZER, Angelika. The Notional Category of Modality. In: EIKMEYER, H,J & RIESER,H. (Ed). *Words, Worlds, and Contexts*. New Approaches in Word Semantics. Berlin: de Gruyter, 1981. p. 38–74.

KRATZER, Angelika. *Modality in Semantics: An International Handbook of Contemporary Research*. Berlin: de Gruyter, 1991. p. 639–650

LYONS, J. The subjectivity of utterance. In: LYONS, J. *Linguistic semantics: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. 293-336

NARROG, H. On defining modality again. *Language Sciences*, v. 27, nº 2, p. 165-192, 2005. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/pragma> Acesso em: 18 abr. 2009.

NEVES, Maria Helena de Moura. Imprimir marcas no enunciado. Ou: A modalização na linguagem. In: NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e Gramática*. Editora Contexto, 2006. p.151-221.

NUYTS, Jan. *Epistemic modality, language and conceptualization: a cognitive-pragmatic perspective*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2001. 428p.

NUYTS, Jan. The modal confusion: On terminology and the concepts behind it. In:

KLINGE, Alex; MULLER, Henrik H. *Modality: Studies in form and function*. Oakville: Equinox Publishing Limited, 2005. p. 5-37.

PALMER, Frank R. *Mood and Modality*. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001 [1986]. 236p.

PAPAFRAGOU, A. *Modality: Issues in the Semantics-Pragmatics Interface*. Oxford: Elsevier Science, 2000.

RADDEN, G. and DIRVEN, R. Modality. In: RADDEN, G. and DIRVEN, R. *Cognitive English Grammar*. Amsterdam / Philadelphia : John Benjamins Publishing Company, 2007. Parte 3 – cap. 10, 233-266.

SWEETSER, E. *From etymology to Pragmatics: Metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 174p.

TALMY, Leonard. *Toward a cognitive semantics*. 2 volumes. Cambridge: Massachusetts Institute of technology, MIT Press, 2000.

TALMY, Leonard. Force dynamics. Paper presented at the Conference on Language and Mental Imagery, May 1981, University of California, Berkeley, 1981.

TALMY, Leonard. Force dynamics in language and cognition. *Cognitive Science* 2. 1988. p. 49-100.

TUCCI, Ida. *L'espressione lessicale della modalità nel parlato spontaneo*. Analisi del corpus C-ORAL-ROM Italiano. 2007. 322f. Tese de doutorado (Doutorado em Linguística). Università degli Studi di Firenze, Firenze, 2007.

TUCCI, Ida. La modalità nel parlato spontaneo e suo dominio di pertinenza. Una ricerca corpus-based. C-ORAL-ROM. Lablita, Università di Firenze, 10 p. 2008. Disponível em: www.lablita.dit.unifi.it> Acesso em: 27 mai. 2009.

VON FINTEL, Kai. Modality and Language. In: Borchert, Donald M. *Encyclopedia of Philosophy*. 2 ed. MacMillan. 2006.